

Usos da terra e dinâmicas territoriais na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal: uma análise comparativa

Andréa dos Santos Coelho

Universidade Federal do Pará - UFPA

Lais Freitas Moreira dos Santos

Universidade Federal do Brasília - UNB

Márcia Nazaré Rodrigues Barros

Universidade Federal do Pará - UFPA

Alessandra Rodrigues Gomes

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Centro Regional da Amazônia - INPE/CRA

Marcos Adami

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Centro Regional da Amazônia - INPE/CRA

Bianca Chaves Marcuartú

Universidade Federal do Pará - UFPA

Lucyana Barros Santos

Universidade Federal do Pará - UFPA

José Roberto Pereira Damasceno

Universidade Federal do Pará - UFPA

Recebido: 14/05/2018 Versão revisada (entregue): 03/04/2019 Aprovado: 05/04/2019

Resumo

A Faixa de Fronteira da Amazônia Legal é uma região complexa e com grande contraste social, ambiental e econômico. Cáceres (MT) e Oriximiná (PA) ilustram essa realidade: tem origens similares, ligadas à dinâmica dos rios, mas percorreram trajetórias inteiramente diferentes após a intervenção do governo federal na Amazônia, a partir de 1960. Atualmente, Cáceres possui economia com base no comércio, serviços, turismo e, principalmente, na agropecuária extensiva, que corresponde a 82,8% da área desmatada no município. Oriximiná tem na exploração de bauxita a sua base econômica, apresentando 94% de seu território ocupado por floresta nativa; em 2014, a pecuária ocupava 34% da área desmatada no município. O objetivo deste trabalho é analisar como o uso da terra influencia as dinâmicas territoriais desses municípios, e como estes se relacionam com suas fronteiras. Para a realização deste trabalho foram empregados dados de uso e cobertura da terra, referentes aos anos de 2004 e 2014, oriundos do mapeamento realizado pelo Projeto TerraClass (2016), além de informações provenientes de levantamento bibliográfico.

Palavras-chave | Desenvolvimento; dinâmica territorial; Faixa de Fronteira da Amazônia Legal; uso da terra.

Código JEL | O13 Q23 R14

Land uses and territorial dynamics in the Border Region of the Legal Amazon: a comparative analysis

Abstract

The Legal Amazon Border Area is a complex region with significant social, environmental and economic contrast. Cáceres (MT) and Oriximiná (PA) show off this reality: they both have similar origins, linked to river dynamics, but they went through entirely different paths after the federal government intervention in Amazon starting at 1960. Today, Cáceres has an economy based on trade, services, tourism and notably, in extensive farming, which corresponds to 82.83% of the city's deforested area. Oriximiná has bauxite as its economic base, 94% of the territory occupied by native forest, and in 2014, extensive farming occupied 34% of the city's area deforestation. The goal of this study was to analyze how land use influences the regional dynamics of these cities and how they relate to their borders, considering Cáceres has a close relationship with their borders while Oriximiná lacks a physical and social integration with theirs. In this research we employed land use and land cover data for the years 2004 and 2014, derived from the TerraClass Project (2016) mapping, and bibliographic survey data.

Keywords | Border Region of Legal Amazon; development; land use; territorial dynamics.

JEL-Code | O13 Q23 R14

Usos de la tierra y dinámicas territoriales en la franja de frontera de la Amazonia Legal: un análisis comparativo

Resumen

El Área Fronteriza de la Amazonía Legal es una región compleja con un gran contraste social, ambiental y económico. Cáceres (MT) y Oriximiná (PA) muestran esta realidad: ambas tienen orígenes similares, relacionadas a la dinámica de los ríos, pero pasaron por trayectorias completamente diferentes después de la intervención del gobierno federal en la Amazonia a partir de 1960. Actualmente, Cáceres tiene una economía basada en comercio, servicios, turismo y sobre todo, en agricultura extensiva, que corresponde al 82.8% del área deforestada del municipio. Oriximiná tiene la extracción de bauxita como su base económica, con el 94% del territorio ocupado por bosques nativos, y en 2014, la agricultura extensiva ocupó el 34% de la deforestación del área del municipio. El objetivo de este estudio es analizar cómo el uso de la tierra influye en la dinámica territorial de estos municipios, y cómo se relacionan con sus fronteras. Para llevar a cabo esta investigación se utilizaron datos de uso y cobertura del suelo para los años 2004 y 2014, derivados del mapeo del Proyecto TerraClass (2016) y datos provenientes del levantamiento bibliográfico.

Palabras-clave | Desarrollo; dinámica territorial; Franja de frontera de la Amazonia Legal; uso

del suelo.

Código JEL | O13 Q23 R14

Introdução

A Faixa de Fronteira da Amazônia Legal, ainda que desperte preocupação no que se refere à segurança e soberania territorial, ao longo da história, não foi foco de políticas públicas que correspondam às suas peculiaridades, especialmente quanto às suas potencialidades naturais e populações locais, compostas por índios, migrantes, quilombolas, caboclos e ribeirinhos (KRÜGER et al., 2017).

A postura de manter essa complexa região, dentro dos limites da Amazônia Legal, em relativo isolamento, foi justificada tanto no histórico discurso do vazio demográfico e da sua condição de região interior e pouco articulada fisicamente ao restante do território nacional, quanto na priorização da faixa litorânea do país nas ações de planejamento.

No entanto, as fronteiras amazônicas correspondem a um cenário de relações econômicas e sociais, resultantes da expansão da malha viária, urbanização, rede de serviços e intervenções do estado em suas diferentes esferas, além de setores econômicos como o mineral e agropecuário. Como consequência, temos a articulação de redes técnicas, políticas e econômicas, mas também o compartilhamento de problemas socioambientais, como deficiência nos serviços de saúde, educação, transporte e saneamento, entre os municípios que a formam (SILVA; RUCKERT, 2016).

O início da formação do território amazônico situava-se no contexto do Projeto da Coroa Portuguesa de garantir sua soberania no mundo físico-político que estava criando durante o Período Colonial. A grande malha hidrográfica da região favoreceu o surgimento de Vilas e Povoados ao longo de seus rios, bem como a circulação e controle dos recursos naturais nela contidos. Com uma economia eminentemente agroextrativista, que conheceu seu auge no final do século XIX e início do século XX, e isolada regionalmente, a região passou por acentuadas transformações socioespaciais, a partir da década de 1960, em consequência das políticas de desenvolvimento do Regime Militar pós 1964. Isso representou sua integração física ao resto do país, mas principalmente sua inserção no modelo de expansão acelerada das relações capitalistas internas, o que viabilizou estratégias de integração territorial à dinâmica central de acumulação econômica (KOHLHEPP, 2002; LOUREIRO, 2009; OLIVEIRA, 1996).

Esse projeto para a região ancorou-se na criação do órgão responsável pelo planejamento regional na Amazônia, a Superintendência do Desenvolvimento da

Amazônia (SUDAM); O Programa para a Integração Nacional (PIN), com base no conceito de planejamento de eixos de desenvolvimento, realizado com a construção de numerosas estradas de longa distância como a Transamazônica e a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e também a Cuiabá-Porto Velho-Manaus. O Programa Polamazônia, com foco no conceito de polos de crescimento envolveu a exploração econômica setorial e a quase ilimitada distribuição territorial da periferia da Amazônia (ROCHA; GONÇALVES, 2017).

É dentro desse novo contexto territorial que se encontram os municípios de Cáceres, no estado do Mato Grosso, e Oriximiná, no Pará, localizados na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal. Ambos se originaram no Padrão de organização do espaço definido por Gonçalves (2001) como “rio-várzea-floresta” até 1960 e, posteriormente, passaram por redefinições espaciais dentro do contexto que o autor definiu como Padrão “estrada-terra firme-subsolo”, responsável pelas suas atuais dinâmicas socioeconômicas.

Os dois municípios tiveram suas ocupações nas margens de grandes rios, com atividades econômicas ligadas à subsistência, baseando-se no extrativismo. No período pós 1960, sofreram modificações territoriais com a entrada de exploração mineral e a inserção de atividades agropecuárias, as quais interferiram diretamente em suas trajetórias de uso da terra. Assim, este artigo pretende analisar de que forma esses usos influenciam nas dinâmicas territoriais e nas suas condições de municípios de fronteira, considerando as particularidades de cada município.

É importante ressaltar que este artigo resulta de um trabalho apresentado no XXVII Congresso Brasileiro de Cartografia (CBC), realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 2017, cujas contribuições recebidas naquela oportunidade resultaram nesta versão mais completa.

Método de Trabalho

A análise foi realizada com dados vetoriais de uso e cobertura do solo correspondentes aos limites dos dois municípios estudados para o ano de 2014. Os dados são produzidos em um contexto de cooperação entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), através do projeto TerraClass, o qual classifica os padrões de uso e cobertura da terra na Amazônia Legal. Essa classificação é feita dentro de áreas previamente mapeadas como desmatadas pelo Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), ambos projetos possuem a mesma escala de trabalho, utilizando imagens Landsat-5, Liss e DMC, no entanto, o PRODES apresenta frequência anual enquanto o TerraClass é bianual.

Originalmente, o projeto TerraClass utiliza 12 classes de uso e cobertura: Área Não Observada, Agricultura Anual, Área Urbana, Mineração, Mosaico de

Ocupação, Outros, Pasto com Solo Exposto, Pasto Limpo, Pasto Sujo, Regeneração com Pasto, Vegetação Secundária e Desmatamento do Ano. No entanto, devido as diferenças entre a abrangência do projeto original e a do presente artigo, as classes citadas anteriormente foram adaptadas para proporcionar um resultado representativo para esse contexto, em relação à relevância ou mesmo presença das mesmas nos mapas e legendas. Para tanto, foram utilizadas apenas três classes nesta análise: Agricultura Anual, Vegetação Secundária e Pastagem, a última correspondendo a uma condensação das quatro classes de pastagens originais.

A partir dos dados brutos extraídos do projeto TerraClass foi então construído o banco de dados geográficos na plataforma ArcInfo 10.1, onde foram realizadas as operações de reagrupamento dentro das novas classes e restrição para o limite da Faixa de Fronteira dentro de Cárceres e Oriximiná. A criação do limite da FF foi baseada na lista de municípios fronteiriços disponibilizada pelo Ministério da Integração Nacional (2005), utilizando os limites municipais oficiais do IBGE (2016). Esses limites foram intersectados com os dados vetoriais de uso e cobertura, bem como com os limites de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, oriundos da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG).

Por fim, como o artigo se propõe a comparar de forma mais extensiva os dois municípios, englobando os aspectos social, ambiental e econômico, foram realizados levantamentos de dados estatísticos de órgãos oficiais como os Ministérios do Meio Ambiente e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

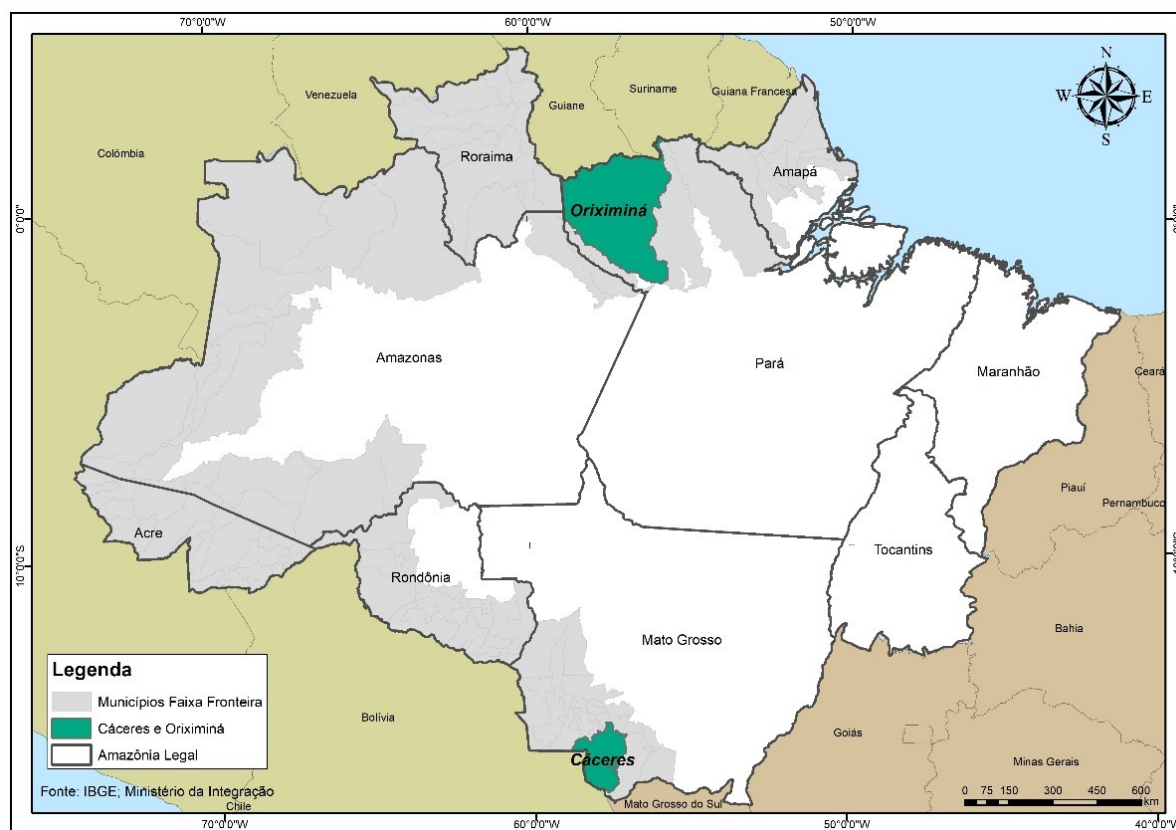
Um extenso levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais na área das ciências humanas, como Geografia, Economia e História da Amazônia foi efetuado. Inicialmente, através de uma busca por temas que abordassem a questão da formação territorial da região e a construção da Fronteira. Posteriormente, foram selecionadas literaturas que abordassem questões mais específicas sobre os municípios de Cárceres e Oriximiná, com destaque para os aspectos históricos e econômicos ligados ao uso da terra. Os principais materiais utilizados nesta etapa são publicações em livros, revistas técnicas e sites especializados como Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Scielo, Periódico Capes e Google Acadêmico sobre o tema abordado neste artigo.

Oriximiná e Cáceres: similaridades e diferenças nas suas trajetórias

Histórico

Os municípios de Oriximiná e Cáceres se encontram em contextos geográficos muito distintos dentro da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal, uma vez que estão situados nos dois extremos de seus limites geográficos (Figura 1).

Figura 1 – Localização dos Municípios de Cáceres e Oriximiná na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal



Fonte: elaboração dos autores.

De acordo com a “Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira, 2005”, o município de Oriximiná, no estado do Pará, está situado no Arco Norte, sub-região *Oiapoque-Tumucumaque*, às margens do Rio Trombetas – afluente da margem esquerda do Rio Amazonas. Possui um território de 107.603,661 km², faz fronteira internacional com a Guiana e o Suriname, o que equivale a 671 km, e está distante cerca de 450 km da linha de fronteira. Cáceres, no estado do Mato Grosso, localiza-se no Arco Central, sub-região Pantanal, às margens do Rio Paraguai. Abrange uma área de 24.593,031 km², faz fronteira internacional com a

Bolívia, situando-se a uma distância de 80 km da linha de fronteira e de 98 km da cidade de San Matias na Bolívia.

As origens dos municípios de Cáceres (MT) e Oriximiná (PA) remontam à segunda metade dos séculos XVIII e XIX, respectivamente, com a instalação das vilas de São Luís de Cáceres e do povoado de Uruã-Tapera ou Mura-Tapera. A instalação do município de Cáceres se deu em 1874, então denominado São Luiz de Cáceres, recebendo a denominação de Cáceres apenas em 1938; enquanto o município de Oriximiná teve sua primeira instalação em 1894, sendo reinstalado na sua configuração atual em 1934 (IBGE, 2016).

Quanto aos aspectos demográficos, a população de Cáceres é de 90.881 pessoas (2016) e densidade demográfica de 3,61 hab./km² (2010), ao passo que Oriximiná possui uma população de 70.071 pessoas (2016) e densidade demográfica de 0,58 hab./km² (2010). Os dois municípios são eminentemente urbanos, com 87% da população de Cáceres e 64% da de Oriximiná vivendo em cidades.

Apesar das similaridades na formação territorial desses municípios, a intervenção do governo federal na Amazônia, a partir de 1960, foi responsável pelas diferentes trajetórias percorridas por eles.

Oriximiná, a exemplo dos demais municípios forjados ao longo dos rios da Amazônia, mantinha uma economia com base no extrativismo vegetal e animal, como a salsaparrilha (*Smilax áspera*), cravo do Maranhão (*Dicypellium caryophyllatum*), borracha (*Hevea brasiliensis*), castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*) e pescado, com destaque para o pirarucu (*Arapaima*) período em que seu território pertencia ao município de Óbidos, que era um dos expoentes da economia paraense à época. Quanto às atividades ligadas ao uso da terra, eram cultivados a mandioca (*Manihot esculenta*), café (*Coffea*), cacau (*Theobroma cacao*) e algodão (*Gossypium hirsutum* L) em pequenas quantidades e o tabaco (*Nicotiana tabacum*) “em maior escala do que o café” (ZEE Calha Norte, 2010).

A região do Trombetas, onde localiza-se Oriximiná, passa por uma renovação a partir do século XX, em função da exploração dos castanhais por famílias eminentes da região que estruturavam monopólios efetivados pelo controle e concentração de produtos alicerçados em relações de patronagem. Esse processo deu início a conflitos fundiários, com a população quilombola, presente no local há 200 anos (ZEE Calha Norte, 2010). No entanto, foi a partir de meados do século XX que o município passou por profundas transformações, decorrentes da descoberta de minério em seus platôs, tornando-se depois sua principal atividade econômica.

No caso do município de Cáceres, sua criação confunde-se com a do estado do Mato Grosso, a qual foi pautada na ação dos bandeirantes, que chegaram à região com o intuito de descobrir riquezas minerais e vegetais e comercializar ameríndios como escravos. Paralelo a essas atividades, desenvolveu-se a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva (DAN, 2010). Fundado em 06 de outubro de

1778, objetivava consolidar e defender a fronteira sudoeste do MT através da ocupação dos “vazios demográficos” – ponto estratégico de acesso ao estado de São Paulo e à saída fluvial para o Pacífico.

Após a Guerra do Paraguai, período em que a região ficou isolada, essas atividades foram reorientadas, predominando a exportação de erva-mate, ipecacuanha (erva utilizada na indústria farmacêutica) e borracha. Com a crescente navegação do Rio Paraguai, houve incremento significativo das atividades agropecuárias e extrativistas, dando origem à produção de açúcar, que sucumbiu devido à concorrência com a indústria do Sudeste. No entanto, é a pecuária que ganha maior destaque na economia do município já no início do século XIX (DAN, 2010).

Principais Mudanças Pós 1960

Município de Cáceres

Entre os anos de 1950 e 1980, o município de Cáceres se tornou um “polo colonizador”, recebendo intensa migração, a qual foi facilitada pela ligação rodoviária permanente que o conectou à Cuiabá, construção de pontes sobre os rios Cabaçal e Paraguai, bem como pela construção e interligação de rodovias e vicinais dentro do escopo dos Programas POLOCENTRO e POLONOROESTE (DAN, 2010).

A política do estado do Mato Grosso desde a República velha até a ditadura militar foi de incentivar a colonização através da venda de terras públicas. Devido a esses fluxos atraídos por terras com preços inferiores aos do Sul e Sudeste, com possibilidade de ocupação por áreas de colonização estatais e privadas, as atividades produtivas tiveram grande aceleração (DAN, 2010).

Assim, o povoamento da região de Cáceres, no pós 1960, esteve ligado a uma mudança na estrutura fundiária, em que as políticas do Estado propiciaram um processo de concentração de terras, implantação de monoculturas e consequente expulsão de pequenos produtores e trabalhadores rurais, que migraram para as cidades ou para as áreas de fronteira. Porém, para que os trabalhadores expropriados tivessem acesso à terra e não intensificassem ainda mais os conflitos fundiários, o governo criou projetos de colonização, assentando colonos, o que deu origem a novos núcleos de produção, comunidades e vilas no entorno de Cáceres, as quais vieram a se tornar municípios que se emanciparam na década de 1970 (COSTA, 2016).

A concentração de terras na região e a expulsão desses pequenos produtores contribuíram para que os fluxos migratórios resultassem no crescimento desordenado da cidade de Cáceres e na segregação socioespacial de grande parte

da sua população (COSTA, 2016). A crise econômica da década de 1980 também teve reflexo no aumento das desigualdades sociais e da informalidade no espaço urbano. Atualmente, sua economia se concentra basicamente no comércio, serviços, turismo e na agropecuária extensiva na região de planície. Tem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,708 e uma renda per capita de R\$ 13.304,44 (IBGE, 2010).

A pecuária bovina é uma atividade de grande relevância para o município, figurando como o 13º maior produtor do estado com 1.083.531 de cabeças (PPM, 2015), crescimento de 70% em relação ao ano de 2000. No entanto, essa atividade não tem se pulverizado, sendo concentrada nas mãos de poucos proprietários, com grandes áreas e pouca geração de empregos (COSTA, 2016).

Há uma concentração de renda nas mãos de uma quantidade diminuta de empresários, os quais obtêm grandes lucros com o setor terciário o principal setor econômico da cidade. Muitos empresários e comerciantes são também fazendeiros e residem em Cáceres, configurando uma elite agrária e comercial que se organiza para lucrar e não entra em contato com a pobreza e os problemas socioeconômicos gerados pela localização fronteiriça (DAN, 2010).

Essa concentração pode ser ilustrada pelo número total de imóveis rurais em Cáceres cadastrados pelo INCRA em 2005, onde 10% eram grandes propriedades (com 5000 ha em média), ocupando 72,9% da área total dos imóveis, enquanto as demais propriedades (pequenas, médias e minifúndios) representavam 90% dos estabelecimentos e ocupavam apenas 23,5% do território total (INCRA, 2007 apud SILVA, 2011).

Dessa forma, Cáceres vivenciou um processo de crescimento entre as décadas de 60 e 90, tornando-se um “polo de serviços”, tanto para as áreas de colonização quanto para os núcleos ocupados em torno da região que foram posteriormente emancipados (COSTA, 2016). O município oferece serviços que não existem em outras cidades próximas (nos setores de saúde, educação, lazer, exportação). Há também várias repartições públicas federais e estaduais, como a Universidade Estadual do Mato Grosso e o Hospital Regional. Hoje, constam 5903 estabelecimentos em Cáceres, com uma complexa rede de serviços públicos e privados (DAN, 2010).

No que se refere à sua localização, o município possui condições especiais e estratégicas no processo de adequação à política de integração latino-americana, especialmente como principal entrada da rota Brasil-Pacífico no sub eixo interoceânico, uma vez que sedia um dos principais modais de escoamento. Há projetos de um importante porto fluvial no contexto mato-grossense, tornando-se uma opção para implantação da Zona de Processamento e Exportação (ZPE) no MT (DAN, 2010; NUNES, 2007). Embora sua localização fronteiriça lhe confira grandes potenciais econômicos, também pode ser fonte de problemas sociais atrelados aos fortes vínculos desenvolvidos com a cidade de San Matias - Bolívia,

vivendo ambas de complementações comerciais que resultam da diferença de câmbio, algumas lícitas e outras ilícitas, próprias às regiões transfronteiriças (Figura 2).

Figura 2 – (a) Limite Brasil-Bolívia; (b) Rodovia que liga Cáceres aos municípios de San Matias, San Ignacio e Santa Cruz na Bolívia

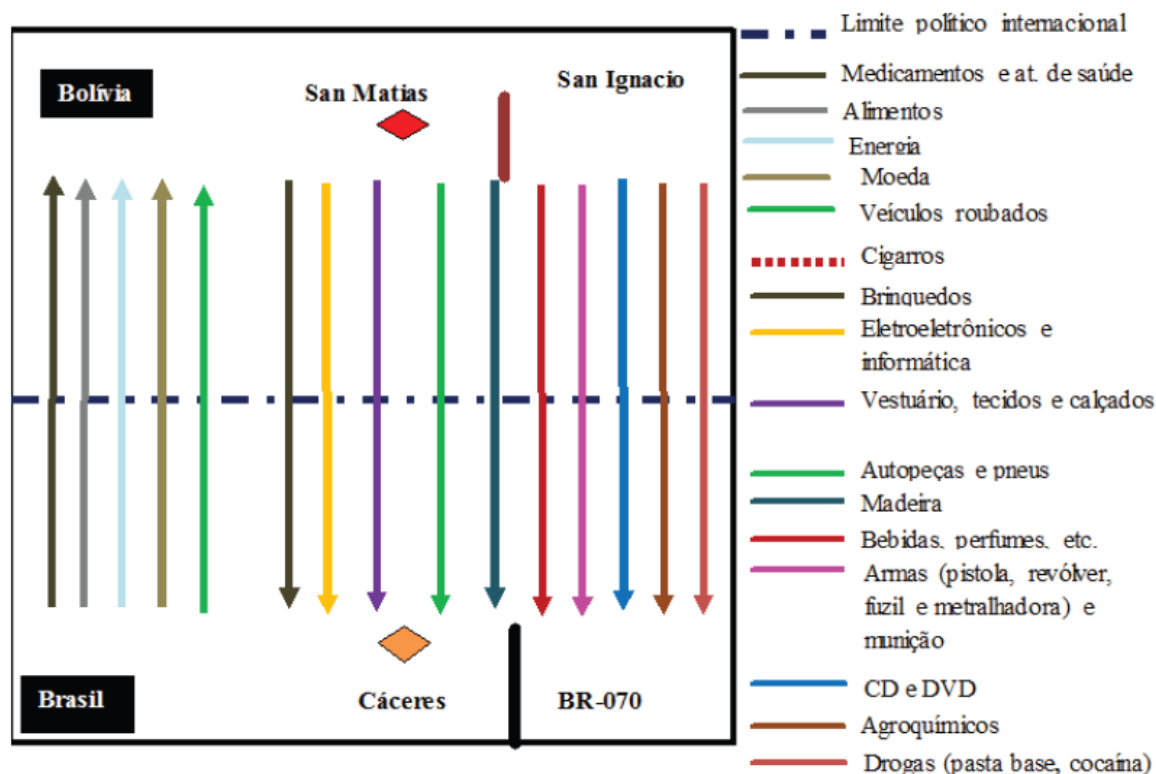


Fonte: SESP/GEFRON, 2017.

Há um grande fluxo de moradores de San Matias a Cáceres, que vêm visitar parentes e realizar compras, principalmente de alimentos, bem como buscar atendimento médico ou dentário. Esta cidade depende do município de Cáceres em diversas esferas, dentre elas, o fornecimento de energia elétrica (COSTA, 2016).

Já, o fluxo de brasileiros a San Matias destina-se à realização de compras de produtos mais baratos tais como roupas, pneus, gasolina e brinquedos, perfumes, bebidas e produtos eletrônicos em geral (COSTA, 2016) (Figura 3).

Figura 3 – Fluxo de Mercadorias e pessoas na Fronteira de Cáceres com a Bolívia (San Matias)



Fonte: COSTA, 2016.

No contexto da fronteira, essa realidade de adensamento de atividades econômicas, aliada ao quadro de pobreza e desigualdade propicia outra alternativa de sobrevivência: a informalidade, o contrabando e tráfico de drogas. Essas atividades estão muito associadas ao descaminho de mercadorias, roubos e assaltos de automóveis que são trocados na Bolívia por pasta base de cocaína.

Cáceres acabou se tornando rota de passagem do tráfico de drogas, principalmente a pasta-base, realizada através de “mulas andarilhas”, que carregam a droga consigo em quantidades menores, ou por aviões que lançam cargas em áreas de fazenda sem fiscalização (COSTA, 2016; DAN, 2010) (Figura 4).

Figura 4 – Apreensão de drogas na fronteira entre o município de Cáceres e Bolívia



Fonte: 1 DIÁRIO DE CÁCERES, 2015; 2. SESP/GEFRON, 2017.

Além dessas problemáticas, a situação de rua, a prostituição, a exploração sexual de crianças e adolescentes e a violência doméstica são problemas que vêm tendo atenção de programas com recursos do governo federal (COSTA, 2016). No entanto, Costa (2016, p. 337) nos mostra que:

[...] o fluxo de pessoas e mercadorias nas regiões de fronteira são anteriores ao processo de normatização e regulamentação das práticas de contrabando, por isso elas podem ser consideradas tradicionais e, até mesmo culturais. É natural que após as normatizações e as proibições, estas práticas comerciais e culturais não desaparecem automaticamente. Pelo contrário, persistem como forma de sobrevivência, já que uma cultura oferece a outro aquilo que produz e consome o que não produz.

Dessa forma, o que se deve buscar é uma harmonização dessas relações de fronteira, com maior presença do poder público, de forma a evitar a ocorrência de atividades ilegais, mas sem a intenção de coibir a troca econômica entre essas

idades, uma vez que essa tendência de formação de vínculos de sociabilidade entre cidades vizinhas em área de fronteira configura uma prática cultural.

Município de Oriximiná

Oriximiná se destaca por sua grande área de floresta nativa, a qual ocupa 94% do seu território, caracterizando-se pela presença de uma grande diversidade étnico-linguística, com presença de indígenas, grupos remanescentes de quilombolas, ribeirinhos e imigrantes nordestinos.

Em seu processo de desenvolvimento, as atividades econômicas como a produção da juta, comércio da castanha, atividade agropecuária e atividade madeireira não foram suficientes para produzir uma “nova” paisagem e nem uma “nova” espacialidade na cidade nas décadas de 1960 e início da década de 1970 (TAVARES, 2006).

As mudanças socioeconômicas e ambientais começaram a acontecer, de fato, a partir das décadas de 1970-1980, com a implantação de grandes projetos e programas, uma das estratégias do governo federal para implementar um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia, com vistas à ocupação da região (PAULINO, 2015). O fator precursor para a ocorrência dessas mudanças foi a descoberta da presença de minério em seus platôs, na década de 60, pela mineradora canadense Alcan que, posteriormente, constituiu a Mineração Rio do Norte S.A. (MRN).

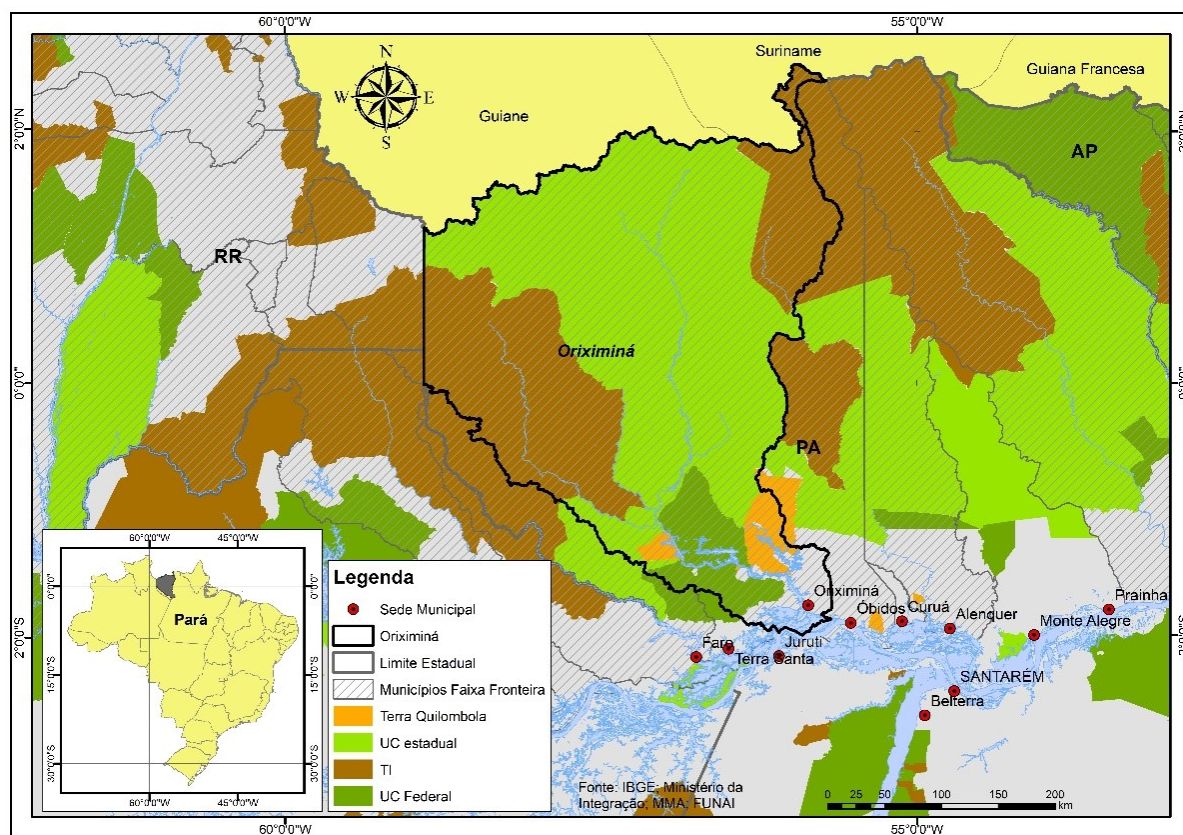
Assim, o crescimento urbano-demográfico mais intenso de Oriximiná está, sem dúvida, relacionado ao estabelecimento, no final da década de 1970, do Projeto Trombetas, controlado pela Mineração Rio do Norte (MRN) (BECKER, 1990 apud TRINDADE JUNIOR; SILVA; AMARAL, 2008). O estabelecimento dessa atividade de mineração de bauxita gerou, de imediato, centenas de empregos em curto e longo prazo, desencadeando um forte êxodo rural de localidades adjacentes em direção à cidade, além de atrair mão-de-obra imigrante nordestina (PAULINO, 2015).

Esse fenômeno de reconfiguração social e fundiária foi acompanhado de um processo de urbanização, expresso na expansão dos limites da cidade de Oriximiná, na estruturação de infraestruturas e serviços de base, bem como no crescimento da mobilidade das populações das zonas rurais do município em direção ao centro urbano. Isso levou igualmente a uma expansão dos mercados locais (madeira, carne, minério), além de uma reorganização das cadeias comerciais dos principais recursos naturais, como a castanha-do-pará (NASUTI, 2015, p. 212).

Nesse mesmo período, juntamente à implantação do Projeto Trombetas, o poder público criou Áreas Protegidas (APs), não só em Oriximiná, mas também nos demais municípios que fazem parte do Arco Norte da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal, para conter o avanço do desmatamento e garantir a manutenção e integridade dos ecossistemas e também para a garantia de reprodução dos modos de vida dos povos que habitam nessas áreas (FERREIRA; VENTICINQUE; ALMEIDA, 2005; ROMERO; LEITE, 2010).

Dessa forma, nesse período, o Vale do Trombetas passou por uma reconfiguração importante em termos territoriais, não só com a chegada de um complexo minerador, mas também com a demarcação de diversos tipos de unidades de conservação e regularização fundiária de territórios devolutos às populações locais, sob a forma de territórios indígenas, quilombolas e assentamentos agroextrativistas (NASUTI, 2015). Hoje, o território do município é recoberto por unidades de conservação, terras indígenas e terras quilombolas – 67%, 32% e 1%, respectivamente (Figura 5).

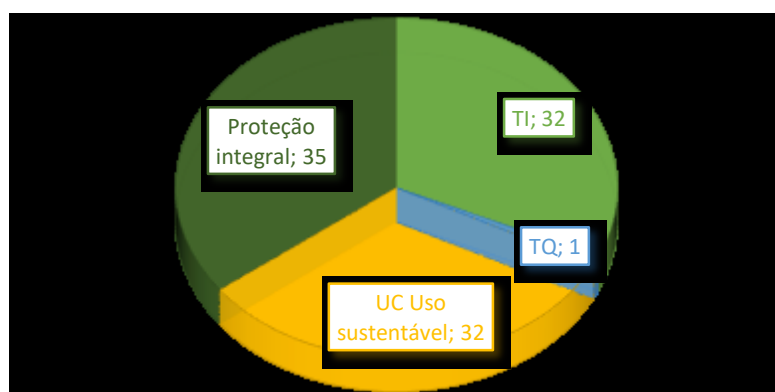
Figura 5 – Áreas Protegidas em Oriximiná (Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Terras Indígenas e Quilombolas).



Fonte: elaboração dos autores.

São três terras indígenas: TI Nhamundá-Mapuera, TI Trombetas-Mapuera e TI Tumucumaque, que ocupam 32.175 km²; cinco unidades de conservação: Floresta Nacional Saracá-Taquera, Floresta Estadual Trombetas e Floresta Estadual Faro da categoria Uso Sustentável, que ocupam 32.744 km² e a Estação Ecológica Grão Pará e Reserva Biológica Rio Trombetas, da categoria Proteção Integral, que ocupam 35.799 km²; além de duas terras quilombolas: TQ Boa Vista e TQ Água Fria e Abuí com 806 km² (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Categorias de Áreas Protegidas (%)



Fonte: Coelho et al, 2017.

Essas APs fazem parte do maior bloco contínuo de florestas tropicais protegidas do planeta, o qual inclui todas as APs da Calha Norte do Pará, as dos estados do Amazonas, Amapá e da Guiana, um dos países que fazem fronteira com a Amazônia (SILVA, 2011).

A utilização desses instrumentos mostra-se de extrema relevância para garantir maior controle da exploração mineral, uma vez que essa atividade acabou se tornando a principal base da economia do município, representando o setor de onde advém a maior parte de seu PIB.

Inicialmente, a capacidade inicial de produção de bauxita para Oriximiná foi de 3,35 milhões de toneladas anuais, no entanto, o avanço tecnológico na exploração mineral e o aumento da demanda de mercado e da grande aceitação da bauxita produzida pela empresa nas refinarias de todo o mundo permitiram que esta capacidade fosse ampliada para 18,1 milhões de toneladas ao ano uma das maiores instalações do mundo (MRN, 2017).

Atualmente, a atividade mineral demonstra sua importância para a economia de Oriximiná quando analisados os números da sua participação na produção

nacional de bauxita. Em 2015, o município respondeu por 47,38% de toda a bauxita produzida no país, ou seja, 16.919.163,39 t (DNPM, 2016).

No que se refere à sua pauta de exportações, em 2016, 100% dos US\$ 234.044.882 em exportações totais do município foram oriundos da indústria de mineração, tendo como produto a bauxita (MDIC, 2017). Outro indicador importante é a arrecadação proveniente da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), 28,4 milhões de reais em 2016, a 5º maior dentre os municípios mineradores do Pará (SIMINERAL, 2017).

Destaca-se também o potencial mineral do município pela quantidade de direitos minerários, os quais correspondiam a 418 até o ano de 2017, com requerimento de pesquisas de diversas substâncias, como ouro; chumbo; platina; diamante; carvão; estanho; cobre; prata; topázio e zinco, de empresas como Vale e Rio Tinto.

Dessa forma, o município de Oriximiná apresenta uma dependência dos royalties repassados pela Mineração Rio do Norte pela exploração mineral, não havendo qualquer planejamento por parte da gestão municipal, no sentido de preparar o município, assim como a sua população, para o possível encerramento da exploração minerária em seu território (PAULINO, 2015).

Para além dos benefícios econômicos que a mineração tenha gerado ao município, é importante enfatizar que há aspectos controversos, principalmente no tocante às questões socioambientais. Os grandes projetos foram fatores preponderantes para que a região amazônica como um todo tivesse um ritmo acelerado de urbanização, mais rápido que o resto do Brasil, o que trouxe consequências para organização de suas cidades e para o uso planejado e racional de seus recursos naturais.

A atividade mineradora pode causar alto nível de degradação ambiental, como foi o caso do lago batata, ainda na década de 80, o qual foi um desequilíbrio do sistema ecológico que ocorreu pela atuação da MRN na região. Suas águas foram acrescidas de argila em suspensão, sendo irreversivelmente comprometidas, gerando muitos conflitos com os habitantes locais, embora a companhia tenha tomado medidas técnicas para mitigação do problema (COELHO, 2000).

Além disso, existe um debate sobre o estabelecimento de UCs, uma vez que, “em vários casos, o estatuto das unidades de conservação estabelece situações conflituosas com antigos ocupantes, como o caso do Trombetas. De outro lado, empreendimentos econômicos têm provocado depredação de recursos e de ecossistemas” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 31), deixando clara a disputa pelo uso do território a partir de interesses divergentes.

Como exemplo disso, têm-se os conflitos territoriais dos quilombolas contra as mineradoras, as quais estão na gênese desse processo de mobilização social. Isto é, o movimento quilombola em Oriximiná emerge do processo de conflito deflagrado pelas mineradoras e suas políticas territoriais para a região, no qual os

quilombolas são “atingidos”, principalmente, por perdas territoriais e de acesso a recursos naturais (WANDERLEY, 2011).

Como nos ratifica Scaramuzzi (2016) sobre extrativismo e as relações com a natureza em comunidades quilombolas do Rio Trombetas, Oriximiná, Pará:

Segundo Oliveira (1996, p. 74):

a inserção amazônica na nova divisão interna e internacional do trabalho se, por um lado, foi um passo no sentido da contemporaneidade da questão social na região, por outro, fez aflorar e reproduziu um conjunto de fenômenos condizentes com o atraso secular, a espoliação, a ausência de direitos, a opressão e a exclusão, que se tornaram emblemáticas do padrão brasileiro de apropriação/redefinição das novas fronteiras de recursos.

Dessa forma, se levarmos em conta as tipologias propostas por Vicentini (2004) e Becker (1990) sobre o processo de ocupação e urbanização na Amazônia, podemos considerar que Município de Oriximiná se apresenta como uma cidade tradicional, isto é, “estruturas urbanas mais antigas e sujeitas a transformações recentes decorrentes dos impactos sociais, culturais e ambientais promovidos pela introdução de novos modelos de produção e de inovações tecnológicas na região” (VICENTINI, 2004 apud TRINDADE JR; SILVA; AMARAL, 2008, p. 30).

Resultados e Discussão

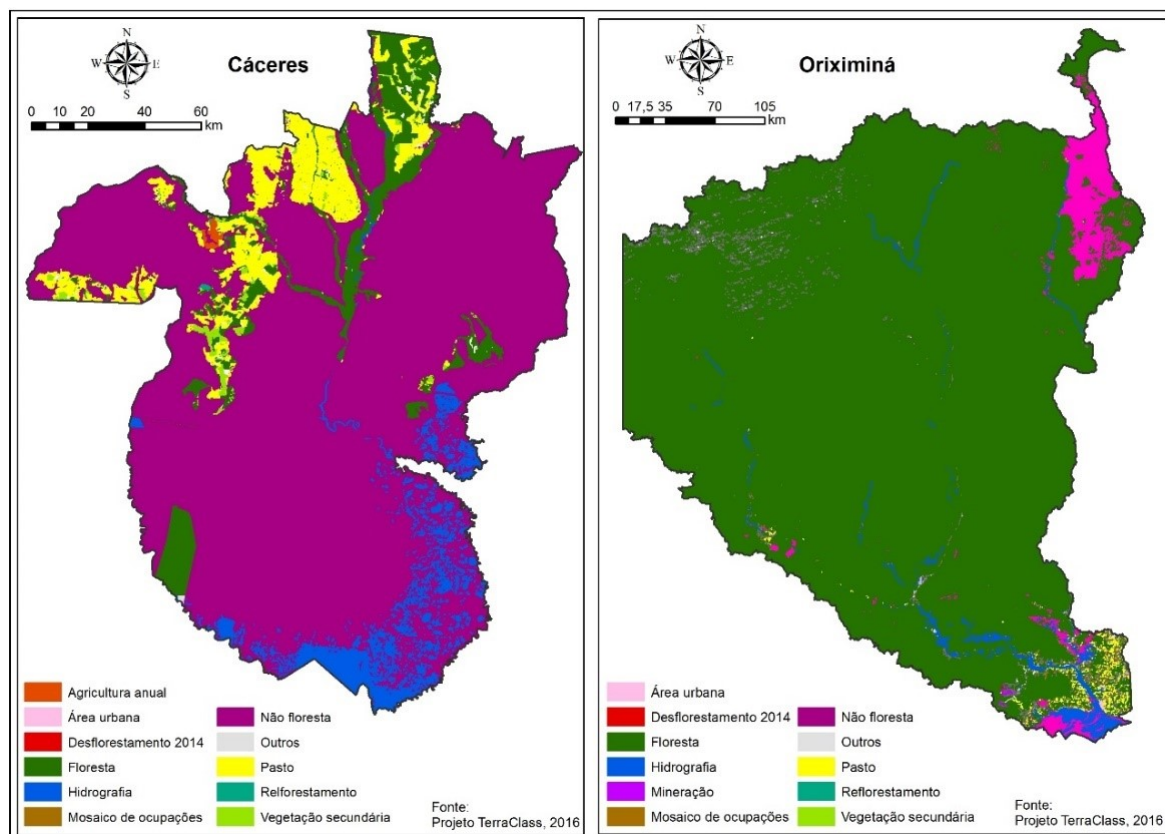
Uso Da Terra Nos Municípios De Cáceres E Oriximiná

Os municípios de Cáceres e Oriximiná são extremamente diferentes no que se refere aos seus tipos florestais primários originais. Oriximiná, inserido em sua totalidade no Bioma Amazônia, em 2014, possuía área de 101.802 km² de florestas, o que equivale a 95% do seu território. Já, no que se refere à Cáceres, a maior parte do território está situado no Bioma Pantanal, sendo que o norte do município se divide entre os Biomas Cerrado e Amazônia, este ocupado por 3.732 km² de tipos florestais; enquanto que as demais áreas estão recobertas por tipos vegetacionais não florestais, que correspondem a 19.435,28 km², referente a 80% da sua área.

Quando consideramos apenas as áreas originais de floresta, Cáceres mantém 48% de remanescentes e Oriximiná, 98%. A qualificação desse desmatamento foi feita com dados do Projeto TerraClass (2016), em que foram utilizadas imagens de satélite do ano de 2014, verificando-se que as áreas desmatadas nos dois

municípios estão ocupadas prioritariamente pelas classes Pastagem e Vegetação Secundária (Figura 6).

Figura 6 – Uso da Terra nos Municípios de Cáceres e Oriximiná, 2014.



Fonte: elaboração dos autores.

Dentre as classes de uso da terra identificadas no mapeamento na região, a classe denominada Pasto correspondia a 1.597,29km² (82,83%) em Cáceres e 604,91 km² (34,40%) em Oriximiná (Tabela 1). Nessa classe, estão inclusos o pasto limpo, pasto sujo, pasto com regeneração e pasto com solo exposto.

Tabela 1 – Classes de Uso e Cobertura da Terra nos Municípios de Cáceres e Oriximiná, 2014

Classes	Cáceres Área km ²	Oriximiná Área km ²
Agricultura Anual	36,24	0,00
Outras classes	1.179,69	2.134,01
Desflorestamento 2014	2,51	6,94
Floresta	1.803,94	100.043,04
Mineração	0,00	40,70
Mosaico de Ocupações	4,05	83,82
Não Floresta	19.435,28	3.652,33
Pasto	1.597,29	604,91
Reflorestamento	7,62	0,01
Vegetação Secundária	280,57	1.022,32
Total Geral	24.347,20	107.588,08

Fonte: Projeto TerraClass, 2016.

A classe Vegetação Secundária é composta por áreas que, após a supressão total da vegetação florestal, se encontram em processo avançado de regeneração da vegetação arbustiva e/ou arbórea (ALMEIDA; VIEIRA, 2010). A área de Vegetação Secundária abrange 280,57 km² da área desmatada de Cáceres e 1.022,32 km² da de Oriximiná. Essa classe faz parte do modelo de produção dominante na Amazônia, que utiliza o sistema de derrubada-queima e posterior abandono da área de produção, para que o solo recupere a fertilidade. Essa prática é comum tanto entre os agricultores de pequeno porte, fundamentalmente de cunho familiar, como por pecuaristas de pequeno a grande porte.

O mosaico de ocupações se caracteriza por áreas representadas por uma associação de usos da terra e vegetação secundária que, devido à escala de trabalho (1:50.000), não possibilitam uma discriminação entre seus componentes. Nesta classe, a agricultura familiar é considerada associada ao subsistema de pastagens para criação tradicional de gado, a qual ocupava, em 2014, 4,05 km² da área desmatada de Cáceres e 83,82 km² da de Oriximiná.

A Agricultura Anual se constitui em extensas áreas com emprego de padrões tecnológicos elevados, tais como: uso de sementes certificadas, insumos, serviço de assistência técnica e extensão rural, controle de pragas e doenças, mecanização, entre outros (REBELLO; SANTOS; HOMMA, 2011). Em 2014, essa classe de uso ocupava 36,24 km² da área desmatada em Cáceres, não sendo encontrada em Oriximiná.

Já, a classe Mineração não é encontrada em Cáceres, porém ocupa uma área de 40 km² em Oriximiná. Apesar de corresponder a uma porcentagem muito pequena do território total do município, essa classe ilustra uma das grandes diferenças na

ocupação das duas áreas analisadas, uma vez que Oriximiná foi a sede de implantação do Projeto Trombetas, para exploração de bauxita e é hoje o maior exportador desse minério no Brasil. Dessa forma, Oriximiná possui maior conectividade com o mercado externo do que com o interno, configurando um município estratégico para a exploração de outros potenciais além do mineral, como o florestal e energético.

Cáceres, ao contrário, apresenta maior integração física com a fronteira e o território nacional, e a maior parte de seu PIB advém do setor de serviços. É um dos maiores produtores de gado do MT, o que explica a classe Pasto ser a mais expressiva na análise do uso da terra (82,83%). Além disso, encontra-se em localização estratégica em comparação aos demais municípios mato-grossenses fronteiriços, por apresentar um ponto de integração regional sul-americano, especialmente no Projeto da rota Brasil-Pacífico.

Pode-se verificar que o total desmatado em Cáceres foi, substancialmente, menor, devido aos dados utilizados do Projeto TerraClass, que classifica e quantifica os usos do solo apenas nas áreas do Bioma Floresta, que representam apenas 20% do território de Cáceres, uma vez que o restante de seu território encontra-se no bioma Pantanal, sendo representado no Projeto pela classe “Não-Floresta” (Tabela 1).

Dessa maneira, os dados de uso da terra do TerraClass para esse município tornam-se um pouco menos representativos, uma vez que são avaliados apenas os usos da terra que ocasionaram supressão florestal. Já no caso de Oriximiná, seu território encontra-se inteiramente inserido no bioma Amazônia, o que significa que os dados de uso da terra aqui analisados representam com mais precisão a realidade do município.

As principais classes de desflorestamento encontradas em Oriximiná foram as de vegetação secundária e pasto, as quais são comuns nos municípios amazônicos, por serem marcados pela atividade agropecuária e extrativista, além da prática de derruba e queima, como já mencionado. Em sequência, tem-se o mosaico de ocupações, ainda uma marca da atividade de subsistência e, por fim, a mineração (40,7 km²), a qual representa, provavelmente, a área de extração de bauxita.

Cáceres, por sua vez, apresentou a pastagem como o uso de mais relevância em sua área, corroborando com a bibliografia, que afirma que este possui mais de um milhão de cabeças de gado e é um dos maiores produtores de gado do MT. No entanto, vale ressaltar que esse valor de 1.597 km² é referente somente às áreas que anteriormente eram florestadas, havendo, ainda, possivelmente, mais áreas de pastagem dentro do bioma Pantanal. Além disso, foi identificada também a presença da classe de Vegetação Secundária, provavelmente ocorrente pelas áreas de pasto abandonadas, onde crescem vegetações arbustivas.

Considerações Finais

Embora a Amazônia tenha tido sua ocupação estabelecida através de projetos e ligações rodoviárias, no pós 1960, essas mudanças não atingiram todas as cidades da mesma forma. Como já foi possível verificar, a fronteira da Amazônia legal é extremamente diversa, não só na tipologia vegetacional, mas também na socioeconomia presente nos municípios que a compõem. Cáceres e Oriximiná ilustram essa diversidade: ambos são municípios na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal, que tiveram suas origens às margens de grandes rios com base em atividades extrativistas: um no bioma Amazônia e outro majoritariamente no bioma pantanal, seguindo um caminho de ocupação distinto ao longo das décadas.

Cáceres estruturou-se como uma área de serviços de suporte aos municípios de seu entorno, com atividades comerciais, serviços financeiros, de saúde, educação, segurança e transporte, os quais moldaram a estrutura urbana da cidade; enquanto Oriximiná desenvolveu principalmente a atividade de mineração, através do Grande Projeto Trombetas.

No que se refere às realidades sociais dos municípios, diretamente ligadas às formas de uso da terra e ocupação humana, estão expressas em índices como IDH, mortalidade infantil, analfabetismo e pobreza, os quais encontram-se mais deficientes em Oriximiná, o que pode ser explicado pelo aumento na concentração de renda nas últimas décadas (PNUD, 2013); ao passo que Cáceres apresenta melhores índices, provavelmente por possuir melhor infraestrutura e ter maior conectividade com seu entorno e com cidades fronteiriças da Bolívia. Por outro lado, isso faz com que sofra maiores pressões em decorrência de demandas sociais transfronteiriças por serviços e pelos problemas associados ao tráfico de drogas e contrabando.

Quanto aos problemas ambientais, como foi evidenciado pelo Gabinete de Segurança Institucional e Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, na fronteira do Brasil com a Bolívia, os grandes riscos ambientais se concentram nas ações de queimadas e desmatamentos ilegais, tráfico de animais e biopirataria, envolvendo o solo e a flora, enquanto na fronteira com a Guiana e Suriname, há principalmente tráfico de animais, biopirataria, a mineração ilegal (garimpo) e o contrabando de pedras e gemas, tanto dos países vizinhos em direção ao Brasil como também o inverso.

De tal modo, nota-se que algumas das graves ameaças encontradas nas áreas da FF da Amazônia Legal estão associadas a crimes ambientais pautados em interesses sobre os recursos naturais da região, portanto, a proteção da fronteira torna-se indiscutivelmente associada também à proteção das florestas.

É possível verificar que, enquanto Cáceres encontra-se em uma área de ocupação consolidada, alto índice de urbanização e maior comunicação com a fronteira e

com o restante do país, Oriximiná situa-se em uma região permeada de APs, com baixa densidade demográfica, pouca integração ao território nacional e à fronteira.

Porém, embora o poder público tenha atuado fortemente na criação de APs, as quais devem ser monitoradas constantemente – sobretudo quando situadas em áreas fronteiriças, os crimes contra a fauna e a flora dentro dessas áreas, ainda são uma ameaça não apenas ao patrimônio natural como também à soberania nacional.

Por fim, tem-se que, embora de formação histórica similar e à margem de grandes rios, os dois municípios da fronteira amazônica enfrentam problemas diferentes e por isso merecem atenções particulares, atendendo às demandas específicas de cada um e reconhecendo a diversidade das cidades fronteiriças da Amazônia, as quais podem, ou não, ter suas economias estritamente ligadas à floresta.

Referências

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas**: guardiães de matas e rios. 2. ed. Belém: CEJUP/UFPA/NAEA, 1998.

ALMEIDA, A. S.; VIEIRA, I. C. G. Centro de Endemismo Belém: Status da vegetação remanescente e desafios para a conservação biológica e restauração ecológica. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 36, n. 3, p. 95-111, dez. 2010.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). **Anuário Mineral Brasileiro**: principais substâncias metálicas 2016 - Ano base 2015. Brasília: DNPM, 2016. 31 p. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/anuario-mineral-brasileiro-2016-metalicos>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). **Exportações do Município de Oriximiná**. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental (des) integrada dos recursos minerais na Amazônia oriental. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAM, L., FENZL, N. (Orgs.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: CEJUP; UFPA/NAEA, p. 117-170, 2000.

COELHO, A. S.; SANTOS, L. F. M.; BARROS, M. N. R.; GOMES, A. R.; ADAMI, M.; MARCUARTÚ, B. C.; SANTOS, L. B.; DAMASCENO, J. R. P.

Cobertura e uso da terra em municípios da faixa de fronteira da Amazônia Legal: uma análise comparativa entre os municípios de Cáceres (MT) e Oriximiná (PA). **Anais**. XXVII Congresso Brasileiro de Cartografia e XXVI Expositiva 6 a 9 de novembro de 2017, SBC, Rio de Janeiro - RJ, p. 1435-1439.

COSTA, N. R. Segurança pública na fronteira oeste de Mato Grosso: Cáceres, rota de turismo, tráfico e intercâmbios. p. 337 - 360. IN: CHAGAS et al. (Org.). **Segurança Pública: Diagnóstico, Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação**. 2016.

DAN, V. L. C. **O Acesso à Cidade: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da Feira**. 2010. 241p. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

DIÁRIO DE CÁCERES. 2015. <<http://www.diariodecaceres.com.br/exibir.php?noticia=11260>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

FERREIRA, L. V.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 157-166. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/caceres.html>> Acesso em: 2 jul. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Malha Municipal Digital. Disponível em <http://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2016>. 2016. Acesso em: 01 nov. 2017.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Projeto TerraClass 2014: **mapeamento do uso e cobertura da terra na Amazônia Legal Brasileira**. Brasília. 2016. Disponível em <http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/terraclass2014.php>. Acesso em: 6 ago. 2017.

KRÜGER, C; DANTAS, M. K; CASTRO, J. M de; PASSADOR, C. S; CALDANA, A. C. F. Análise das Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira Brasileira. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20 n. 4, p. 41-62. 2017.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 37-61, mai./ago. 2002.

LOUREIRO, V. K. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

MRN (Mineração Rio do Norte). **Produção de Bauxita**. 2012. Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/pt-BR/Operacao/Sequencia-Operacional/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

NASUTI, S. et al. Entre Urbanização e Regularização Fundiária: uma geografia dos novos modos de vida quilombolas de Oriximiná. p. 211 – 223. IN: GRUPIONI, D. F.; ANDRAD, L. M. M. (Org.). **Entre Águas Bravas e Mansas, índios & quilombolas em Oriximiná**. São Paulo. Comissão Pró-Índio de São Paulo: Iepé, 2015.

NUNES, M. A. Aspectos das Comunidades Dispostas ao Longo da Rodovia Cáceres - Brasil a San Ignacio de Velasco – Bolívia. IN: **Anais**. 11º Encuentro de Geógrafos da América Latina, Bogotá D. C., Colômbia, mar. 2007.

REBELLO, F. K; SANTOS, M. A. S.; HOMMA, A. K. O. Modernização da agricultura nos municípios do Nordeste paraense: determinantes e hierarquização no ano de 2006. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 9, n. 2, p. 230, 2011. Disponível em: <<http://www.revistarea.ufv.br/index.php/rea/article/view/184/196>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

ROMERO, E. C. O; LEITE, V. L. M. Terras indígenas: usufruto exclusivo e proteção do meio ambiente Indigenous lands: exclusive usufruct and environment protection. **Tellus**. ano 10, n. 18, p. 139-160, jan./jun. 2010 Campo Grande – MS

OLIVEIRA, L. A. P. de. Dinâmica populacional e social na região amazônica. In: MOURA, H. A. de (Org.). **A pesquisa social na Amazônia: avanços lacunas e prioridades**. Recife: Massangana, p. 74-102, 1996.

PAULINO, C. L. Planejamento e Gestão Urbana: Um Estudo Sobre a Efetividade do Plano Diretor em Oriximiná-PA. 2015. 150p. **Dissertação** (Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia). Universidade Federal de Rondônia - UFRO, Porto Velho, Rondônia.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundação João Pinheiro & Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013. **Atlas do desenvolvimento humano: Pará.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/para#idh>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ROCHA, G. M; GONÇALVES, S. F. S. Considerações sobre a federalização e a gestão compartilhada do território na Amazônia brasileira. **Revue Franco-Brésilienne de Géographie.** [Online]. Nº 30. 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/11665#quotation>>. Acesso: 26 mar. 2019.

SCARAMUZZI, I. A. B. **Extrativismo e as relações com a natureza em comunidades quilombolas do rio Trombetas/Oriximiná/Pará.** 2016. Tese (Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SESP (Secretaria de Estado de Segurança Pública) GEFRON (Grupo Especial de Fronteira). 2017. <<http://www.seguranca.mt.gov.br/gefron.php?IDCategoria=3034>>. Acesso em 3 jul. 2017.

SILVA, A. R. F; RUCKERT, A. A. Políticas Públicas Face à Realidade da Faixa de Fronteira Brasileira: O Caso de uma Sub-região do Arco Norte. **Revista Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon, Ed. Especial, v. 11, n. 15, p. 46-54. 2016.

SIMINERAL (Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará). **6º Anuário Mineral do Pará.** 1 Ed. Belém: Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará, 2017. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/1759343-6o-Anuario-Mineral-do-Para-2017/>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

TAVARES, J. W. **Inventário Cultural Social, Político e Econômico do Município de Oriximiná.** Oriximiná: Gráfica e Editora Andrade, 2006.

TRINDADE JUNIOR, C. S. da; SILVA, M. A. P. da; AMARAL, M. D B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JUNIOR, C. S. da; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008.

WANDERLEY, L. J. M. “Atingidos por Mineração”: Conflitos e Movimentos Sociais na Amazônia Brasileira. IN: Anais... **35º Encontro Anual da Associação**

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu – MG, 2011.

Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará – ZEE. Belém, PA: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. v. 3. Disponível em: <http://www.amazonia.cnptia.embrapa.br/publicacoes_estados/Para/Calha%20Norte/ZEE%20V1-Calha%20Norte%20-%20Socioeconomia.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2017.

Endereço para correspondência:

Andréa dos Santos Coelho – andrea_geoambiente@hotmail.com
Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá
66075-110 Belém/PA, Brasil

Lais Freitas Moreira dos Santos – lais.moreira@gmail.com
Campus Universitário Darcy Ribeiro,
70910-900 Brasília-DF, Brasil

Márcia Nazaré Rodrigues Barros – nmbarros@hotmail.com
Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá
66075-110 Belém/PA, Brasil

Alessandra Rodrigues Gomes – alessandra.gomes@inpe.br
Av. Perimetral, 2651
66077-830 Belém/PA, Brasil

Marcos Adami – marcos.adami@inpe.br
Av. Perimetral, 2651
66077-830 Belém/PA, Brasil

Bianca Chaves Marcuartú – bianca_marcuartu@hotmail.com
Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá
66075-110 Belém/PA, Brasil

Lucyana Barros Santos – lucyana_barros@hotmail.com
Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá
66075-110 Belém/PA, Brasil

José Roberto Pereira Damasceno – roberto.pmil@gmail.com
Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá
66075-110 Belém/PA, Brasil